



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “a”, Lei 14.133/21).

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado, sob o sistema de registro de preços, de dietas enterais, fórmulas infantis e suplementos nutricionais, destinados a pacientes atendidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Cândido Rodrigues/SP, conforme condições, quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência e em seus anexos.

1.2. Os itens que se pretende adquirir por meio desta contratação devem possuir as características dos produtos indicados como de referência, conforme permite o artigo 41, I, da Lei Federal nº 14.133/21, uma vez que a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência (art. 41, I, letra “d”).

1.2.1. Destacamos que os produtos indicados são apenas uma referência e não a escolha do item que se deseja adquirir, o que se indica tão somente como forma de guiar os licitantes acerca dos anseios da Administração Pública, de modo que podem ser ofertados itens similares, equivalentes ou de melhor qualidade, afim de garantir a máxima participação de fornecedores e de produtos na disputa pública.

1.2.2. Os produtos de referência estão indicados de forma individual por item, em campo específico, no quadro de descrição dos itens que segue abaixo.

COTA PRINCIPAL						
ITEM	DESCRIÇÃO	PRODUTO DE REFERÊNCIA	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	DIETA LÍQUIDA ENTERAL ADULTO, PARA PACIENTES COM NECESSIDADE DE CONTROLE GLICÊMICO E QUE PRECISAM DE MAIOR APORTE CALÓRICO E PROTEICO. DIETA HIPERCALÓRICA (1.5 KCAL/ML), HIPERPROTEICA, HIPERLIPÍDICA, COM CARBOIDRATOS DE LENTA ABSORÇÃO, SEM ADIÇÃO DE SACAROSE E LACTOSE. SISTEMA FECHADO.	NOVASOURCE GC 1,5	1 litro	300	R\$ 87,84	R\$ 26.352,00
2	FÓRMULA INFANTIL PARA ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES ATÉ OS 6 MESES DE VIDA, COM PREBIOTICOS GOS/FOS (NA PROPORÇÃO 4:1), DHA E ARA, E NUCLEOTÍDEOS.	NAN 1	Lata 800g	375	R\$ 77,35	R\$ 29.006,25
3	FÓRMULA INFANTIL PARA ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES ATÉ OS 6 MESES DE VIDA, COM PREBIOTICOS GOS/FOS (NA PROPORÇÃO 9:1), DHA E ARA, E NUCLEOTÍDEOS.	APTAMIL 1	Lata 800g	450	R\$ 74,47	R\$ 33.511,50
4	FÓRMULA INFANTIL PARA ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES DE 6 A 12 MESES DE VIDA, COM PREBIOTICOS GOS/FOS (NA PROPORÇÃO 4:1), DHA E ARA, E NUCLEOTÍDEOS. LATA 800G.	NAN 2	Lata 800g	150	R\$ 80,80	R\$ 12.120,00
5	FÓRMULA INFANTIL PARA ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES DE 6 A 12 MESES DE VIDA, COM PREBIOTICOS GOS/FOS (NA PROPORÇÃO 9:1), DHA E ARA, E	APTAMIL 2	Lata 800g	300	R\$ 83,85	R\$ 25.155,00



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

	NUCLEOTÍDEOS.					
6	FORMULA INFANTIL PARA ALIMENTAÇÃO PARA LACTENTES DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECIFICAS ESPESSA COM GOMA JATAÍ.	APTAMIL AR	Lata 800g	300	R\$ 101,29	R\$ 30.387,00
7	FÓRMULA NUTRICIONALMENTE COMPLETA PARA PACIENTES EM RISCO NUTRICIONAL OU EM SITUAÇÕES DE NUTRIÇÃO ENTERAL PROLONGADA. COM EXCLUSIVO MIX DE PROTEÍNAS E BAIXO TEOR DE GORDURA SATURADA.LATA 400G.	TROPIC	Lata 400g	113	R\$ 75,15	R\$ 8.491,95
8	SUPLEMENTO EM PÓ COMPOSTO DE 27 VITAMINAS E MINERAIS, FIBRAS E MACRONUTRIENTES PARA SUPLEMENTAR ALIMENTAÇÃO DE PESSOAS ACIMA DE 40 ANOS.	SUPRA SENIOR	Lata 400g	1.500	R\$ 67,26	R\$ 100.890,00

TOTAL R\$ 265.913,70

COTA RESERVADA						
ITEM	DESCRIÇÃO	PRODUTO DE REFERÊNCIA	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	DIETA LÍQUIDA ENTERAL ADULTO, PARA PACIENTES COM NECESSIDADE DE CONTROLE GLICÊMICO E QUE PRECISAM DE MAIOR APORTE CALÓRICO E PROTEICO.DIETA HIPERCALÓRICA (1,5 KCAL/ML), HIPERPROTEICA, HIPERLIPÍDICA, COM CARBOIDRATOS DE LENTA ABSORÇÃO, SEM ADIÇÃO DE SACAROSE E LACTOSE. SISTEMA FECHADO.	NOVASOURCE GC 1,5	1 litro	100	R\$ 87,84	R\$ 8.784,00
2	FÓRMULA INFANTIL PARA ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES ATÉ OS 6 MESES DE VIDA, COM PREBIOTICOS GOS/FOS (NA PROPORÇÃO 4:1), DHA E ARA, E NUCLEOTÍDEOS.	NAN 1	Lata 800g	125	R\$ 77,35	R\$ 9.668,75
3	FÓRMULA INFANTIL PARA ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES ATÉ OS 6 MESES DE VIDA, COM PREBIOTICOS GOS/FOS (NA PROPORÇÃO 9:1), DHA E ARA, E NUCLEOTÍDEOS.	APTAMIL 1	Lata 800g	150	R\$ 74,47	R\$ 11.170,50
4	FÓRMULA INFANTIL PARA ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES DE 6 A 12 MESES DE VIDA, COM PREBIOTICOS GOS/FOS (NA PROPORÇÃO 4:1), DHA E ARA, E NUCLEOTÍDEOS. LATA 800G.	NAN 2	Lata 800g	50	R\$ 80,80	R\$ 4.040,00
5	FÓRMULA INFANTIL PARA ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES DE 6 A 12 MESES DE VIDA, COM PREBIOTICOS GOS/FOS (NA PROPORÇÃO 9:1), DHA E ARA, E NUCLEOTÍDEOS.	APTAMIL 2	Lata 800g	100	R\$ 83,85	R\$ 8.385,00
6	FORMULA INFANTIL PARA ALIMENTAÇÃO PARA LACTENTES DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECIFICAS ESPESSA	APTAMIL AR	Lata 800g	100	R\$ 101,29	R\$ 10.129,00



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

	COM GOMA JATAÍ.					
7	FÓRMULA NUTRICIONALMENTE COMPLETA PARA PACIENTES EM RISCO NUTRICIONAL OU EM SITUAÇÕES DE NUTRIÇÃO ENTERAL PROLONGADA. COM EXCLUSIVO MIX DE PROTEÍNAS E BAIXO TEOR DE GORDURA SATURADA.LATA 400G.	TROPIC	Lata 400g	37	R\$ 75,15	R\$ 2.780,55
8	SUPLEMENTO EM PÓ COMPOSTO DE 27 VITAMINAS E MINERAIS, FIBRAS E MACRONUTRIENTES PARA SUPLEMENTAR ALIMENTAÇÃO DE PESSOAS ACIMA DE 40 ANOS.	SUPRA SENIOR	Lata 400g	500	R\$ 67,26	R\$ 33.630,00

TOTAL R\$ 88.587,80

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b”, Lei 14.133/21).

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar o fornecimento regular de dietas enterais, fórmulas infantis e suplementos nutricionais a pacientes atendidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Cândido Rodrigues/SP, em cumprimento às prescrições médicas e nutricionais realizadas pela rede municipal de saúde.

2.2. Os referidos produtos são indispensáveis para a manutenção da saúde, recuperação clínica e melhoria da qualidade de vida de usuários em situação de vulnerabilidade nutricional, incluindo recém-nascidos, lactentes, crianças, adultos e idosos, conforme as especificidades de cada tratamento.

2.3. Ressalta-se que a Administração Pública tem o dever constitucional de garantir o direito fundamental à saúde (art. 196 da Constituição Federal), o que envolve o fornecimento de insumos nutricionais prescritos por profissionais de saúde habilitados, de modo a assegurar a integralidade da atenção à saúde.

2.4. A adoção do sistema de registro de preços justifica-se pela natureza contínua e variável da demanda, uma vez que a quantidade de pacientes atendidos pode oscilar ao longo do período de vigência. O modelo possibilita maior eficiência administrativa e econômica, evitando tanto o desabastecimento quanto a aquisição em excesso, otimizando a aplicação dos recursos públicos.

2.5. Assim, a contratação é medida necessária para assegurar a regularidade do atendimento prestado pelo Fundo Municipal de Saúde, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, XXIII, “c”, Lei 14.133/21).

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (Item 07), apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “d”, Lei 14.133/21).

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (Item 03), apêndice deste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “e”, Lei 14.133/21).

5.1 – PRAZO DE ENTREGA

5.1.1. A entrega do objeto deverá ocorrer no prazo máximo de até **15 (quinze) dias** após o recebimento da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento pela contratada, excetuados os casos de manifesta emergência devidamente justificada pela Administração, quando o prazo será de até **03 (três) dias úteis**.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

5.2 – LOCAL DE ENTREGA

5.2.1. As entregas ocorrerão mediante prévio agendamento pelo telefone que será fornecido juntamente com a Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento e deverão ser realizadas em dias úteis, no período das **08h00 às 16h00**, na **Unidade Básica de Saúde “Paolina Pivetta Ferretti”**, situada à Rua Brasília, nº 250, Centro, Cândido Rodrigues/SP.

5.3 – DO RECEBIMENTO

5.3.1. Os bens serão recebidos **provisoriamente**, no ato da entrega, mediante conferência da Nota Fiscal e verificação inicial das condições do material, pelo responsável designado para o acompanhamento e fiscalização do contrato.

5.3.2. O recebimento **definitivo** ocorrerá no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, podendo esse prazo ser prorrogado, mediante justificativa, por igual período.

5.3.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e da proposta vencedora, devendo ser substituídos no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da notificação da contratada, sem ônus adicional para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

5.3.4. O recebimento, seja provisório ou definitivo, não excluirá a responsabilidade civil da contratada quanto à qualidade, segurança, validade e conformidade dos produtos entregues.

5.3.5. O fornecimento será realizado **parceladamente**, conforme necessidade da Administração, mediante requisições encaminhadas ao Setor de Compras, que emitirá a respectiva Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento à adjudicatária.

5.3.6. Além da entrega no local designado, caberá à contratada realizar o **descarregamento e acondicionamento** dos produtos no espaço indicado pelo servidor responsável, respondendo integralmente por eventuais danos decorrentes desse processo.

5.3.7. Os produtos deverão conter rótulo e embalagem em língua portuguesa, com todas as informações necessárias para correta identificação, inclusive data de validade e número de lote, permitindo a conferência pelo responsável pelo recebimento.

5.3.8. A Nota Fiscal deverá discriminar de forma clara e detalhada a descrição do material entregue.

5.3.9. A programação de entrega será definida conforme a necessidade do Município, observados os prazos do item 5.1, sendo que o descumprimento injustificado acarretará o cancelamento automático do pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.10. A Administração reserva-se o direito de alterar a programação de entrega com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data estipulada.

5.3.11. Na hipótese de indisponibilidade de algum produto programado, a contratada deverá comunicar formalmente (por escrito, telefone ou e-mail) ao Município até às 08h00 do dia útil anterior à data prevista para entrega, justificando o motivo.

5.4 – GARANTIA

5.4.1. O prazo de garantia seguirá o disposto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), sendo a contratada responsável pela substituição de qualquer produto que apresente irregularidades ou vícios.

5.5 – SUBCONTRATAÇÃO

5.5.1. É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades previstas em lei.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

5.6 – PRAZO DE VIGÊNCIA

5.6.1. O presente objeto não se enquadra como fornecimento contínuo.

5.6.2. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, nos termos dos arts. 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, conforme art. 84 da referida Lei.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “f”, Lei 14.133/21).

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.1.6.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.6.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.1.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.1.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.1.9.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

6.1.13. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.1.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.1.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.1.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.1.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.1.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.1.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.1.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.1.21. O gestor e o fiscal do contrato serão indicados no Contrato Administrativo/Ata de Registro a ser pactuado ao término do processo licitatório.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g”, Lei 14.133/21).

7.1. Liquidação

7.1.1. O pagamento somente será processado após o **recebimento provisório e definitivo** dos bens, nos termos do item 5.3 deste Termo de Referência, e dependerá da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

7.1.2. Caso haja rejeição total ou parcial dos bens, o pagamento ficará suspenso até a substituição e aceitação definitiva, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.1.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.1.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.1.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.1.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.1.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.1.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.1.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.2. Prazo de pagamento

7.2.1. O pagamento será efetuado em **até 30 (trinta) dias**, após emissão de nota fiscal/documento equivalente, respeitado em todo caso a ordem cronológica de pagamentos, devendo a nota fiscal conter o **número da licitação**, devendo a Administração certificar que a pessoa jurídica está regular com suas obrigações tributárias, encargos trabalhistas e sociais.

7.2.2. As notas fiscais/documento equivalentes deverão ser encaminhados para os e-mails nfe@candidorodrigues.sp.gov.br e prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br.

7.2.3. Será considerado atraso no pagamento, se **decorrido 2 (dois) meses**, contados da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos, não houve adimplemento da obrigação pela Administração.

7.2.4. O disposto no item 7.2.3 não se aplica em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha, assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

7.3. Forma de pagamento

7.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

7.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.3.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, “h”, Lei 14.133/21).

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento de acordo com o que consta no edital de abertura e no Anexo I – Termo de Referência.

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1. Habilitação Jurídica:



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

8.12.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.12.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.4. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

8.12.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

8.12.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.13. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.13.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13.4. Declaração de que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras; e de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.13.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do fornecedor;

8.13.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.13.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

8.13.9. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.13.9.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.14. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.14.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual (art. 69, II da Lei 14.133/2021);

8.15. Habilitação técnica:

8.15.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de produtos de características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, mediante apresentação de atestados ou certidões emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou ainda de documentos equivalentes, que demonstrem experiência anterior em fornecimento similares ao objeto licitado.

8.15.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.15.3. Alvará Sanitário ou Licença Sanitária ou Licença de Funcionamento, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme o caso (Lei Federal 6.360/1976. Decreto da Casa Civil 8.077/2013).

8.15.4. Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

8.16. Outras comprovações:

8.16.1. Declaração de que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras; e de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal; que os sócios/proprietários da empresa não possuem parentesco por consanguinidade ou afinidade até 3º grau com qualquer servidor público ou dirigente da Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues, responsável(is) pela licitação; que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas; que suas propostas econômicas compreendem a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; que conhece e aceita todas as condições constantes da licitação em referência, bem como de seus Anexos, e que, desse modo, cumprimos plenamente a todos os requisitos necessários à habilitação e participação no mesmo; que inexistente fato impeditivo para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, e que a mesma não foi declarada inidônea pelo Poder Público, em nenhuma esfera e não está suspensa para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes, conforme **Anexo III**.

8.16.2. Declaração do responsável pela assinatura do instrumento contratual, conforme **Anexo V**.

8.16.3. **Apresentar catálogo ou folheto técnico** emitido pelo fabricante ou pelo fornecedor, contendo descrição detalhada, especificações técnicas, imagens e demais características dos produtos ofertados, de forma a comprovar que atendem integralmente às exigências deste Termo de Referência.

8.16.5. O catálogo poderá ser apresentado em meio físico ou digital, desde que legível e contendo a identificação do fabricante.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

8.16.6. Em caso de documento em idioma estrangeiro, deverá ser acompanhado de tradução simples para a língua portuguesa.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “i”, Lei 14.133/21).

9.1. A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada em conformidade com o disposto no art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, em especial o sistema de banco de preços de compras públicas.

9.2. Foram observados os princípios da economicidade, da eficiência e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração, excluídos preços excessivos ou inexequíveis, e consideradas as características específicas do objeto.

9.3. A composição final da estimativa resultou nos seguintes preços de referência:

01. Cota Principal.....: R\$ 265.913,70 (Duzentos e sessenta e cinco mil, novecentos e treze reais e setenta centavos).

02. Cota Reservada.....:R\$ 88.587,80 (Oitenta e oito mil, quinhentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos).

Total: R\$ 354.501,50 (Trezentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e um reais e cinquenta centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, “j”, Lei 14.133/21).

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, conforme quadro abaixo:

Código da Ficha 138	
Órgão 01	Prefeitura Municipal de Candido Rodrigues
Unidade 02	Poder Executivo
Dotação	10.301.0024.2036.00003.3.90.30.00

Candido Rodrigues 18 de setembro de 2025.

Este Termo de Referência foi elaborado pelas seguintes pessoas:

Indiamara Lourenço Rodrigues Lacruz
Secretária Municipal da Saúde

APROVO o presente Termo de Referência, após constatar que o mesmo foi elaborado consoante os requisitos do inciso XXIII, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Tiago Alex Ravazzi
Prefeito Municipal